



Inundações. Zonas de maior risco estão identificadas até 2100

Investigadores criaram método para prever as áreas em Portugal com maior risco de cheias e querem aplicá-lo já



Em Lisboa basta estar maré cheia no Tejo para o escoamento de água não funcionar

ANTÓNIO PEDRO SANTOS

DIOGO POMBO

diogo.pombo@ionline.pt

Comprar um prédio na Baixa de Lisboa sabendo que terá um desconto no valor anual do IMI (imposto municipal sobre imóveis) só por estar numa área com maior risco de enfrentar uma inundação ainda não é possível, mas pode estar para breve.

Tanto a capital como Coimbra e Porto – foram as cidades, a par de Algés, escolhidas por Pedro Garrett Lucas, um dos coordenadores do novo sistema de pre-

visão e mapeamento das zonas com maior risco de cheias até 2100. Tudo com a desculpa da adaptação ao impacto das alterações climáticas. E para o provar o investigador da Universidade de Lisboa lembrou “todos os recordes batidos nos últimos dez anos de indemnizações [pagas] por seguradoras devido a eventos climáticos extremos”.

O projecto, baptizado com o nome de CIRAC (Cartas de Inundação e Risco em Cenários de Alterações Climáticas) e ontem apresentado, em Lisboa, no segundo dia da conferência O Papel da Água

na Adaptação às Alterações Climáticas, analisa as áreas mais vulneráveis a inundações – com base na profundidade, na velocidade e no período de cheias ocorridas nos últimos 100 anos –, além das características dos respectivos edifícios, como a idade, o tipo de construção ou os materiais. “Conhecer o risco e o impacto climático nesse risco é importantíssimo”, resumiu o investigador do Center for Climate Change, Impacts, Adaptation & Modelling (CCIAM) da Faculdade de Ciências.

Pedro Garrett Lucas começou por men-



cionar ao *i* as companhias de seguros como as entidades que mais solicitam este tipo de informações, embora não sejam os únicos destinatários do projecto. “Esta avaliação de risco é necessária porque dará não só às seguradoras, como às autarquias, à Agência Portuguesa do Ambiente [APA] ou à Autoridade Nacional da Protecção Civil [ANPC] mais dados para futuros planos de ordenamento do território”, explicou.

O especialista em alterações climáticas enumerou assim os vários stakeholders do projecto, ou seja, as partes interessadas – mas há sempre outras em que o interesse demora a entrar. “A política é a mais complicada, pois exigem sempre respostas directas. É através de conferências como estas que consegui-

É necessário aumentar a permeabilidade das cidades, avaliar o risco e o impacto das alterações climáticas nesse risco

mos chegar a eles”, lamentou, antes de pegar num exemplo para explicar a razão de o projecto assentar na previsão, e não na certeza. “[Os cientistas] funcionam no sistema que conhecem. Se imaginarmos o Ártico, que está a derreter, como uma parede de tijolos, não sabemos se vai cair caso tiremos um tijolo. Pode nem cair quando retirarmos o próximo. Mas há um que o fará cair. É isto que não sabemos – qual o tijolo que faz cair a parede e altera todo o sistema”, desenhou.

As seguradoras, prosséguiu, “foram as primeiras a dizer que algo de errado se passava com o clima”. E foi o próprio a dizer que é fácil perceber porquê. “De inundações, secas ou ondas de calor,

todos os recordes de indemnizações foram batidos nos últimos dez anos”, garantiu. Mesmo não adiantando números, Pedro Garrett Lucas concordou que as futuras inundações vão ser agravadas pelas alterações climáticas.

E pelas cidades também. “Em Lisboa, por exemplo, muitas pessoas constroem jardins, quintais ou ampliam a sua casa. E quase sempre sem escoamento. Basta estar maré cheia no rio Tejo para o sistema de escoamento da cidade não funcionar”, criticou, antes de passar aos “parques de estacionamento completamente betonados ou alcatroados”, onde a água das chuvas não se infiltra. O objectivo, sublinhou, é “aumentar a permeabilidade do meio urbano”.



Pedro Garrett Lopes
Investigador do Center for Climate Change, Impacts, Adaptation & Modelling da Universidade de Lisboa

“As cidades portuguesas têm problemas genéticos com cheias”

Que medidas de adaptação contra cheias podem ser criadas a partir desde

projecto? Há várias que até são simples. Hoje já é proibido impermeabilizar os edifícios, mas falta fiscalização, pois em Lisboa, por exemplo, muitas pessoas constroem jardins, quintais ou ampliam a sua casa nas traseiras do edifício. Obras que quase nunca têm

escoamento. Pode-se até cortar no valor IMI caso se tenha adquirido um prédio numa zona com risco e vulnerabilidade elevadas a inundações.

E quando se poderá utilizar este modelo de previsão?

Já se podia estar a utilizar. O governo e a APA já o conhecem, mas é difícil monitorizarmos o que eles vão fazer com ele.

As cidades portuguesas têm problemas genéticos a lidar com cheias? É garantido.

Mas, por exemplo, quando se toma a decisão de limpar as sarjetas? A estratégia a adoptar tem obrigatoriamente de envolver diversos representantes de diferentes organismos. Só uma acção combinada funcionará.

É difícil chegar às entidades?

Desde o início que decidimos envolver as APA, a Protecção Civil, as administrações das regiões hidrográficas, os investigadores e as seguradoras. Até construirmos um visualizador de dados para entendermos as diferentes formas como os técnicos vêem a informação.

E às populações? Essas já se sabem adaptar, sentem as inundações na pele. Na Baixa lisboeta é comum verem-se calhas nas portas das lojas, que servem para prender um portão de ferro quando há precipitação intensa.

Área: 546cm² / 62%

Tiragem: 27.259

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 4636016